

**SOCIEDADE & CULTURA**  
**LÍNGUA**

**ENSAIOS  
DE SÓCIO E  
ETNOLINGÜÍSTICA**

ORGANIZADORA  
**Linalda de Arruda Mello**

---

**SHORIN**  
**CCHLA • FUNAPE • UFPB**

*João Pessoa, 1990*

## 2 - Fundamentos e tarefas da sócio-e da etnolingüística

*"Cada hũ fala como quẽ é"*  
(Fernão de Oliveira, 1536)

*Eugênio Coseriu*  
*Universidade de Tübingen*  
*Alemanha*

### RESUMO

1 — As definições da sociolingüística e da etnolingüística correntes na lingüística atual — como: “A sociolingüística é o estudo da linguagem em relação com o contexto social (ou com a estrutura social das comunidades falantes)” e “A etnolingüística é o estudo da linguagem em relação com a civilização e cultura das comunidades falantes” — são amplas demais. Elas permitem sociolingüísticas tão diferentes como a de Bernstein e a de Labov (e também etnolingüísticas muito diferentes) e, ao mesmo tempo, tendem a abranger toda a lingüística. Também outras quase-definições ou delimitações de tarefas (do tipo de: “Quem fala, com quem, que tipo de linguagem, [de que] e em quais circunstâncias”) são amplas demais e, além disso, tendem a confundir sociolingüística e etnolingüística numa ‘etnografia geral da comunicação’ que, em rigor, é empiricamente impossível e, se fosse empiricamente realizável, nem sempre apresentaria interesse lingüístico. É por isso necessário precisar e delimitar o objeto próprio da sociolingüística e da etnolingüística, pois as tarefas dependem do objeto das disciplinas (e os métodos, das tarefas).

2 — Do ponto de vista lingüístico é oportuno limitar a sociolingüística (como disciplina lingüística, não sociológica) ao estudo da *variedade e variação* da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades e a etnolingüística (como disciplina lingüística, não etnológica) ao estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura.

3 — Para uma delimitação ulterior e mais concreta é preciso distinguir os três planos da estrutura geral da linguagem: o plano universal do *falar em geral* (independentemente das determinações históricas), o plano histórico das *línguas* e o plano individual do *discurso* (ou “*texto*”). Estes três planos têm normas e conteúdos diferentes que justificam três lingüísticas: a *lingüística do falar em geral*, a lingüística bem conhecida das *línguas* e a *lingüística do discurso* (ou do “*texto*”). Também para a sociolingüística e a etnolingüística é preciso distinguirmos estes três planos. Haverá, pois, uma *sociolingüística do falar em geral*, uma *sociolingüística das línguas* e uma *sociolingüística dos discursos*, com tarefas e sentido diferentes; e assim também uma *etnolingüística do falar em geral*, uma *etnolingüística das línguas* e uma *etnolingüística dos discursos*. A sociolingüística de Bernstein, além de outras confusões, confunde o plano do falar em geral com o plano das línguas (e, até certo ponto, também com o plano do discurso) e por isso não chega a resultados positivos apreciáveis.

4 — O plano do falar em geral é também o plano no qual se estabelecem os fundamentos racionais da sociolingüística (o caráter social da linguagem e o seu sentido) e da etnolingüística (a relação entre linguagem e cultura: a linguagem como “*atualidade da cultura*”).

5.1 — O objeto da sociolingüística como disciplina descritiva no plano universal é o grau de conhecimento e utilização das normas gerais do falar em relação com a estrutura sócio-cultural das comunidades. Mas, como o que se fala é sempre uma língua, a correlação só pode estabelecer-se para o mesmo conhecimento da língua considerada. Neste sentido é possível e razoável uma sociolingüística de tipo Bernstein.

5.2 — No plano histórico, a variedade das línguas apresenta três grandes tipos de diferenças e, no sentido contrário à diferenciação, três tipos de unidades: diferenças no espaço geográfico ou *diatópicas*, diferenças entre as camadas sócio-culturais ou *diastráticas* e diferenças de modalidade expressiva segundo as circunstâncias permanentes ou ocasionais do falar, ou diferenças *diafásicas*; e unidades *sintópicas* (ou “*dialetos*”), unidades *sinstráticas* (ou “*níveis de língua*”) e unidades *sinfásicas* (ou “*estilos de língua*”). O estudo da variedade diatópica (nos vários níveis e estilos) e das unidades sintópicas é

objeto da *dialetologia*. O estudo da variedade diafásica (nos vários dialetos e níveis) deveria ser objeto duma *estilística da língua* (que porém ainda não existe nessa forma). E o estudo da variedade diastrática (nos vários dialetos e estilos) é o objeto próprio da *sociolingüística da língua*. A sociolingüística, tal como hoje se faz, tende a abranger também o estudo dos estilos de língua (ou, pelo menos, o dos estilos determinados por atitudes “*sociais*”), mas isto não é necessário nem oportuno. Também não pode ser objeto da sociolingüística como tal, mas só da etnolingüística, o estudo do saber relativo às estruturas e relações sociais refletido na língua. Vice-versa, é objeto da sociolingüística o estudo do grau de conhecimento e utilização da língua comum nas diferentes camadas sócio-culturais. No sentido diacrônico é objeto da sociolingüística da língua o estudo da variação na configuração diastrática e, em geral, da mudança lingüística nas suas determinações sociais.

5.3 — No plano dos discursos são tarefas da sociolingüística: a) o estudo dos tipos de discursos e das diferenças estruturais entre os mesmos nas camadas sócio-culturais; b) o estudo da utilização das diferenças diastráticas em qualquer tipo de discurso.

6.1 — A etnolingüística descritiva deveria estudar no plano universal a relação entre a linguagem no mesmo plano e os diferentes tipos de culturas. Este estudo é ainda muito problemático e apresenta grandes dificuldades.

6.2 — No plano histórico, a etnolingüística é estudo da civilização e da cultura refletidas nas línguas, quer dizer, fundamentalmente da organização da cultura material e intelectual (concepções, ideologias) manifestada no léxico (incluindo também o “*saber*” relativo às relações sociais e à linguagem como parte da realidade cultural organizada nas línguas mesmas). No mesmo plano, mas no sentido diacrônico, é objeto da etnolingüística o estudo da mudança lingüística em relação com as mudanças na civilização e na cultura.

6.3 — No plano dos discursos é objeto da etnolingüística o estudo dos tipos e da estrutura peculiar dos discursos tradicionais específicos duma cultura. Neste plano a etnolingüística aproxima-se da sociolingüística e pode até coincidir com ela: só o ponto de vista é diferente.

7 — Relações entre a sociolingüística e a etnolingüística.

8 — Tarefas essenciais e urgentes da sociolingüística e da etnolingüística na América Latina.

1.1.1 — Em certo sentido, a tarefa da sociolingüística foi delineada já em 1536 pelo genial gramático português Fernão de Oliveira, guiado apenas por seu notável senso comum e por seus extraordinários dons de observador

dos fatos lingüísticos (cf. 4.2.4). Apesar disto, na lingüística atual, o que a teoria da sociolingüística, que, naturalmente, nada sabe de Fernão de Oliveira, mostra, é antes de tudo perplexidade com relação ao objeto e ao sentido dessa disciplina. Para se convencer disto, basta ler alguma das introduções à sociolingüística que se apresentam como teóricas e metodológicas. A impressão que se tira delas é que a sociolingüística, apesar de seu enorme desenvolvimento nos últimos anos, seria quase uma ciência em busca de seu objeto ou, pelo menos, de seus fundamentos. Isto, como logo se verá, não deixa de ser certo em algum sentido, embora não precisamente no sentido a que se referem essas introduções. Assim, lê-se que a sociolingüística deveria ser uma forma da (ou toda a) chamada “pragmática”; o objetivo que se lhe atribui seria o de estudar em todos os seus aspectos a ‘interação verbal’, mas para isto seria necessário primeiro termos uma teoria geral da interação. Ora, o fato é que, atualmente, tal teoria não existe, há apenas vislumbres, tentativas, fragmentos, em suma, de tal teoria. Por conseguinte, à sociolingüística faltaria na atualidade o seu quadro teórico natural. O efeito para a disciplina deveria ser paralisante. Felizmente não é assim, pois os sociolingüistas aplicam o saudável princípio dos nadadores, que não pretendem aprender a arte de nadar antes de entrar na água, mas atiram-se à água e aprendem a nadar, nadando.

1.1.2 – Também não é certo que a finalidade da teoria seja construir “in abstracto” modelos para uma atividade qualquer de investigação, sobretudo se esta já existe. No meu modo de ver, qualquer atividade de investigação contém já uma teoria implícita (ou várias teorias) e a finalidade da teoria propriamente dita é a de deslindá-la e explicitá-la (ou deslindá-las e explicitá-las, se trata de várias teorias). Nossa tese é, portanto, que os sociolingüistas empíricos já sabem, de algum modo, o que é e o que deve ser a sociolingüística, e que a sua atividade já responde, pelo menos intuitivamente, a exigências justificáveis também no plano teórico. Aliás também não acho que o objeto duma sociolingüística razoável (como ciência da linguagem) possa ser a “interação verbal”: quem estuda a interação verbal, estuda um tipo de interação (ou quase qualquer tipo de interação) mas não estuda a linguagem.

1.1.3 – Vejamos, pois, o que nos diz do ponto de vista teórico a sociolingüística tal como é feita na atualidade. A primeira impressão não é, por certo, muito alentadora, pois os estudos sociolingüísticos apresentam antes de tudo uma grande heterogeneidade. Mas a heterogeneidade é sinal de que se trata de objetos e de pontos de vista diferentes; e o propósito da teoria é precisamente delimitá-los e aclará-los em seus fundamentos, distinguindo o que é exigência autêntica e razoável do que possa ser exigência espúria, ilusão ou

perda de rumo.

1.2 – O desenvolvimento da sociolingüística atual foi determinado por várias razões, por isso ela progrediu em várias direções diferentes. Por um lado, um dos estímulos para o desenvolvimento da sociolingüística foi um estímulo, por assim dizer, negativo: a comprovação de uma série de aspectos e relações importantes para a compreensão do funcionamento concreto da linguagem nas comunidades lingüísticas, mas que a lingüística na sua época estrutural deixava necessariamente (e com plena coerência) de lado, punha, por assim dizer, entre parênteses, para se concentrar no seu objeto próprio. Com efeito, o objeto próprio da lingüística estrutural são precisamente as estruturas lingüísticas funcionais consideradas em si mesmas. Ora, isto implica, por um lado, a distinção entre a lingüística chamada “externa” e a chamada “interna” e a concentração nesta última, sendo todas as relações e determinações não estruturais da linguagem precisamente “externas”. Por outro lado as estruturas podem estudar-se a rigor somente na “língua funcional”, quer dizer, num sistema lingüístico homogêneo (cf. mais abaixo). Isto implica que a variedade das línguas nas comunidades lingüísticas permanece em cada caso fora do objeto estrito da lingüística estrutural: se há variedade, trata-se de outras línguas funcionais que devem ser estudadas cada uma em si e por si; a descrição funcional deverá em princípio fazer-se tantas vezes quantas línguas funcionais possam distinguir-se dentro de uma língua histórica. A mesma exigência de homogeneidade do objeto a ser descrito se apresenta, embora com outro fundamento, também na gramática transformacional, que nisto mantém os princípios explícitos ou implícitos do estruturalismo. Mas é claro que isto implica notáveis dificuldades no que concerne à delimitação concreta do objeto, pois a variedade da língua chega até aos textos individuais (que aliás contém elementos de vários sistemas) e até ao falante individual, que, em alguma medida pelo menos, costuma conhecer e empregar mais de uma língua funcional. E foram precisamente essas dificuldades que estimularam o estudo da variedade lingüística. Por outro lado – e também em relação a outras disciplinas sociais e aos problemas práticos da política lingüística e cultural – apresentou-se o problema das relações entre línguas diferentes em estados plurilíngües ou de imigração, assim como o problema, também prático, das novas línguas nacionais ou de cultura em estados novos. Finalmente, houve razões por assim dizer “pedagógicas” em relação com o estudo das línguas comuns ou “padrão” e com o estudo de outras disciplinas através dessas línguas enquanto instrumentos de expressão e comunicação. Disto se desenvolveram três tipos principais de estudos

sociolingüísticos: a) estudo da variedade lingüística não considerada do domínio da dialetologia (e em parte também com respeito ao que já era considerado na dialetologia); b) estudo do "status" de diferentes tradições lingüísticas numa comunidade; c) estudo do grau de conhecimento e de emprego da língua comum por parte dos diferentes estratos socioculturais de uma comunidade; estudos, estes, que dificilmente podem reduzir-se a um denominador comum. Por esta razão, parece, pois, que o objeto dos estudos sociolingüísticos deveria repartir-se entre várias disciplinas.

1.3.1 — O panorama não muda muito se, em vez de focalizar os estudos sociolingüísticos como tais, focalizarmos as definições que, a partir desses mesmos estudos, formularam-se na lingüística atual, em particular, na própria sociolingüística (quer dizer, na sua teoria de fundamento empírico). Assim, uma definição como "A sociolingüística é o estudo da linguagem em relação com o contexto social (ou com a estrutura social das comunidades falantes)" é imprecisa e ampla demais. Imprecisa demais porque, se não se diz de que plano da linguagem e de que tipo de relação com o contexto social se trata e qual é o sentido dos problemas correspondentes, tal definição permite sociolingüísticas muito diferentes, como a de Bernstein e a de Labov. Ampla demais, porque tende a abarcar toda a lingüística: com efeito, uma vez que toda a linguagem se dá em algum contexto social e em relação com alguma estrutura social das comunidades falantes, a sociolingüística, segundo essa definição, equivaleria a: "lingüística + consideração dos contextos sociais". E, se pode haver interesse em ampliar a lingüística tendo em conta os contextos sociais, não há interesse em fazer desvanecer por isso a especificidade dos estudos sociolingüísticos propriamente ditos.

1.3.2 — O mesmo ocorre com outras quase-definições ou declarações de tarefas como: "Quem fala, com quem, que tipo de linguagem (ou língua), [de quê] e em que circunstâncias?" Por um lado, tais declarações de tarefas mudam totalmente de sentido dependendo de se dar ênfase a "que tipo de linguagem (ou língua)" ou a "quem, com quem e em que circunstâncias", quer dizer, dependendo de que se o que se estuda é a linguagem mesma em sua configuração interna, ou só a correlação social de tal ou qual tipo de linguagem tomado como já conhecido e só identificado enquanto termo dessa correlação. Por outro lado, essas quase-definições — sobretudo se se acrescenta também "de quê" — tendem a confundir a sociolingüística e a etnolingüística numa 'etnografia geral e integral da comunicação', a qual, em rigor, é empiricamente impossível e, se fosse empiricamente realizável, não apresentaria em todo caso interesse lingüístico: é empiricamente impossível por-

que implicaria estudar todo o falar de todos os indivíduos e em todas as circunstâncias e, se fosse empiricamente realizável, implicaria uma acumulação infinita de materiais repetidos e atípicos, enquanto que o que apresenta interesse lingüístico não é toda a atividade de falar, mas apenas seus traços típicos, suas estruturas, suas tradições: por exemplo, não o que disse x em tais ou quais circunstâncias, mas sim o que se *costuma* dizer em *tal tipo* de circunstância (e *como* se *costuma* dizê-lo).

1.4 — É por isso necessário precisar e delimitar o objeto próprio da sociolingüística enquanto ramo de estudos pertencente à ciência da linguagem, pois as tarefas de uma disciplina dependem de seu objeto (e os métodos, das tarefas), o que, está claro, não implica eliminar simplesmente da lingüística ou ignorar outros objetos de estudo possível, mas sim apenas precisar seu lugar dentro da lingüística (ou com respeito a ela).

1.5 — A situação da etnolingüística é muito diferente daquela da sociolingüística (cf. 2.2). Entretanto, também neste caso as definições que se encontram na lingüística atual (por ex. "A etnolingüística é o estudo da linguagem em relação com a civilização e a cultura das comunidades falantes") são imprecisas e amplas demais, de modo que também aqui se fazem necessárias algumas esclarecimentos.

2.1 — Do ponto de vista lingüístico é oportuno, primeiro, limitar a sociolingüística (como estudo *da linguagem*, como disciplina lingüística, não sociológica) ao estudo da *variedade e variação da linguagem* em relação com a estrutura social das comunidades falantes, e a etnolingüística, (como disciplina lingüística, não etnológica ou etnográfica), ao estudo da *variedade e variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura*.

2.2 — Se para a sociolingüística isto implica sobretudo a repartição dos estudos "sociolingüísticos" entre várias disciplinas, para a etnolingüística implica, além disso e antes de tudo, uma notável ampliação do objeto que atualmente se lhe atribui. Com efeito, a etnolingüística tem-se desenvolvido até agora de uma maneira fragmentária e, por assim dizer, "casual", isto é, segundo o interesse ocasional dos lingüistas que se ocuparam de problemas etnolingüísticos e segundo o que, em circunstâncias determinadas, chamou mais a atenção desses lingüistas. Assim, em relação com o movimento "Wörter und Sachen" e com a geografia lingüística, se tratou sobretudo da relação entre a linguagem (em particular, o léxico) e a cultura popular "material", e, na história lingüística, sobretudo da formação e do desenvolvimento das terminologias técnicas e científicas. De outro lado, tratou-se na lingüística descritiva sobretudo de certas determinações etnográficas da linguagem den-

tro de culturas exóticas. Em certo sentido, pode-se dizer que se tratou sobretudo do que se distanciava do “comum” e “corrente” para o investigador e para *seu* ambiente cultural. Sem dúvida, da etnolinguística de línguas exóticas chegaram estímulos importantes para toda a linguística, por exemplo, no que concerne ao estudo das “taxonomias” populares (e, em parte, à lexicologia estrutural) e ao fenômeno do “tabu linguístico” (reconhecido logo como um tipo particular do fenômeno muito mais amplo da “interdição léxica”). Mas tudo isto é insuficiente, pois a determinação da linguagem pelas “coisas” e pelo “saber relativo às coisas” abarca muito mais do que tudo o que foi considerado até hoje. É oportuno, pois, ampliar e completar a etnolinguística hoje existente até fazê-la coincidir com uma “linguística esqueológica” (do grego *skeûōs*, “coisa”), que estude toda a contribuição do “conhecimento das coisas” à configuração e ao funcionamento da linguagem. É neste sentido que o termo “etnolinguística” se empregará no que se segue.

2.3.1 — A limitação proposta acima significa, antes de tudo, uma distinção, para a sociolinguística, entre uma sociolinguística propriamente dita e outra disciplina, que pode chamar-se (como, de resto, às vezes é chamada) “sociologia da linguagem”; e para a etnolinguística, entre a etnolinguística propriamente dita e a “etnografia linguística”. Mas é claro que os termos

“sociolinguística” e “etnolinguística” poderiam manter-se como denominações genéricas para os correspondentes conjuntos de disciplinas e dentro destes poderiam distinguir-se a linguística sociológica e a sociologia da linguagem, a linguística etnográfica e a etnografia linguística.

2.3.2 — Para a sociolinguística podemos partir da declaração de tarefas citada mais acima, ou seja, da correlação *linguagem — contexto social* (relações sociais). Se o objeto de estudo é a linguagem, se o que se estuda é a linguagem mesma, as diferenças linguísticas em relação à estratificação social, o que se faz é sociolinguística propriamente dita ou “linguística sociológica”, para a qual a sociologia é somente disciplina auxiliar, no sentido de que as categorias desta são utilizadas apenas como base de referência. Se, ao contrário, o objeto de estudo é o contexto social, as relações sociais como tais, se se comprova quem fala um tipo de linguagem x (que não se estuda como tal) e quando o fala e, portanto, se examina o “status” desse tipo x na comunidade (ou seja, este mesmo tipo como atributo de tal ou qual categoria social), se faz sociologia da linguagem, disciplina para a qual a linguística é somente auxiliar, enquanto identifica os tipos de linguagem a considerar. Está claro também que o interesse de tal estudo é precipuamente socio-

lógico (pois as categorias que se investigam são, precisamente, sociológicas e o tipo de linguagem é apenas um dos seus atributos). Para a linguística como tal, trata-se antes de tudo de uma “informação” externa, embora esta possa ser muito importante para a compreensão do que ocorre com esses tipos de linguagem (que podem inclusive ser “línguas” diferentes) na comunidade considerada, assim como da direção e dos tipos das influências entre essas modalidades linguísticas. Advirta-se também que modalidades linguísticas muito semelhantes podem ter um “status” social (ou sócio-cultural) muito diferente (como, por exemplo, no caso do *hindi* e do *urdu* na Índia) e, ao contrário, modalidades diferentes podem ter um “status” social análogo ou idêntico; assim, em certas cidades da Itália a classe social e culturalmente mais alta fala a língua comum, e as classes mais baixas, o correspondente dialeto local, mas em algumas cidades do Norte da Itália o dialeto se mantém na classe baixa e na aristocracia, sendo portanto sintoma de tradição local e de “autoctonia” perante a classe média que, por proceder, em parte, de várias regiões da Itália, é muito menos “localista” (ou não o é de maneira alguma, pois simplesmente ignora o dialeto).

2.3.3 — Analogamente cabe proceder para a etnolinguística, partindo da correlação *linguagem — cultura*: se o objeto de estudo é a linguagem, se se trata dos fatos linguísticos enquanto determinados pelos “saberes” acerca das coisas, faz-se etnolinguística propriamente dita ou linguística etnográfica; se, ao contrário, o objeto de estudo é a cultura, se se trata dos “saberes” acerca das “coisas” enquanto manifestados pela linguagem (e da linguagem mesma como uma forma da cultura entre outras e conjuntamente com outras) faz-se etnografia linguística (e, em sentido mais limitado, tratando-se só da linguagem como manifestação cultural, etnografia da linguagem).

2.4 — A estas distinções básicas é preciso acrescentar para cada uma das disciplinas (ou onde caiba) a distinção entre *ciência* simplesmente e *ciência aplicada* e a distinção entre os pontos de vista *sincrônico*, *diacrônico* e *histórico*. Mas a isto voltaremos mais abaixo.

3.1 — Para uma determinação ulterior e mais concreta das tarefas das disciplinas que acabam de ser diferenciadas é necessário distinguir os três planos da estrutura geral da linguagem: o plano universal do *falar em geral* (independentemente das determinações históricas), o plano histórico das *línguas* e o plano individual do *discurso* (ou do “texto”), planos que existem pelo fato de que a linguagem é uma atividade humana universal que se realiza por cada falante individualmente e sempre segundo determinadas tradições históricas (não há falar que não seja falar uma língua). A estes três planos

correspondem saberes lingüísticos diferentes, com normas próprias e diferentes (*saber elocucional*, ou saber falar em geral, independentemente de tal ou qual língua; *saber idiomático*, ou saber falar uma língua; e *saber expressivo*, ou saber falar em determinadas circunstâncias, saber estruturar “discursos” de acordo com as circunstâncias) e conteúdos lingüísticos diferentes: *designação* (referência à “realidade”, a “coisas” e “estados de coisas”), *significado* (conteúdo dado exclusivamente pela língua, pelas oposições idiomáticas funcionais) e *sentido* (conteúdo próprio dos discursos enquanto dado pela expressão lingüística e por determinações extralingüísticas: por ex., o fato de uma frase ser pergunta, resposta, ordem, súplica, comprovação, cumprimento, etc.). Também a apreciação do falar nesses três planos se apresenta em cada caso como autônoma; assim, a conformidade com o saber elocucional (exigências de clareza, coerência, não-contradição, não-tautologia, etc.) pode chamar-se *congruência*; a conformidade com o saber idiomático é a *correção* (idiomática); e a conformidade com o saber expressivo é o que se chama *apropriado*. Temos, pois:

PLANOS DA LINGUAGEM	Saberes	Conteúdos	Juízos de conformidade
FALAR EM GERAL	<i>s. elocucional</i>	<i>designação</i>	<i>congruente</i>
LÍNGUAS	<i>s. idiomático</i>	<i>significado</i>	<i>correto</i>
DISCURSO	<i>s. expressivo</i>	<i>sentido</i>	<i>apropriado</i>

O fato de que aos três planos da linguagem correspondem saberes e conteúdos lingüísticos autônomos justifica três lingüísticas diferentes: a *lingüística do falar em geral* (ainda quase não constituída como tal), a lingüística bem conhecida *das línguas*, e a *lingüística do discurso* ou do *texto* (já representada, em parte, pela antiga retórica e pela estilística chamada “da fala” e que está-se desenvolvendo rapidamente em nossos dias).

3.2 — Também para a sociolingüística e para a etnolingüística é necessário distinguir estes três planos. Haverá, pois, em princípio, uma *sociolingüística do falar em geral*, uma *sociolingüística das línguas* e uma *sociolingüística do discurso*, com sentido e tarefas diferentes; e assim também uma *etnolingüística do falar em geral*, uma *etnolingüística das línguas* e uma *etnolingüística dos discursos*. E o mesmo deve-se esperar da sociologia da lingua-

gem e da etnografia lingüística. A sociolingüística “pedagógica” de Bernstein — além de outras confusões e de graves deficiências teóricas e metodológicas — confunde o plano do falar em geral com o plano das línguas (e, até certo ponto, também com o plano do discurso) e por isso não conseguiu até agora resultados positivos apreciáveis.

4.1 — O plano do falar em geral é também aquele em que se encontram e se estabelecem os fundamentos racionais da sociolingüística e da etnolingüística (no sentido genérico, anterior à distinção feita em 2.3). Esses fundamentos estão dados pela própria linguagem e são, respectivamente, o que se chama o “caráter social” da linguagem e a íntima e múltipla vinculação entre linguagem e cultura.

4.2.1 — Com respeito ao primeiro, diz-se que a linguagem é um “fato social” (ou uma “instituição social”), que surge e está determinada pela necessidade da comunicação, e que a língua, em particular, impõe-se ao indivíduo falante, que por si não poderia nem criá-la nem modificá-la. Tudo isso, ou deve ser refutado, ou não pode ser aceito sem restrições. Com efeito, a linguagem, mais do que ser *um* fato social entre outros, é o fundamento de todo o social e a manifestação primária da “socialidade” humana, do “ser-com-outros”, que é uma dimensão essencial do ser do homem. E caráter “institucional”, de objetivação histórica da socialidade do homem, tem não a linguagem como tal, mas sim a língua. Mas esta não se impõe ao falante, e sim, o falante a assume como própria, assumindo ao mesmo tempo a sua própria historicidade, o seu ser histórico; não é “obrigatória” como imposição externa, e sim, como “compromisso”, como ‘obrigação livremente assumida e consentida’ (que, além disso, é o sentido genuíno e original do lat. *obligatio*). Por outro lado, o falante a cria continuamente como tradição pelo fato mesmo de que a adota e a continua (que é como se criam os fatos sociais) e sempre a modifica em alguma medida pelo fato mesmo de que a realiza no falar em circunstâncias particulares. Quanto à “comunicação”, é preciso distinguir a *comunicação de algo*, que pertence ao aspecto prático da linguagem (e em certas ocasiões pode faltar, sem que por isso a linguagem deixe de ser linguagem) da *comunicação com alguém*, pressuposta como condição original por todo ato lingüístico e que não pode faltar, pois é constitutiva da linguagem. A linguagem está sempre dirigida a outro (ou a outros), inclusive como criação lingüística primária. Os significados e os signos lingüísticos não se criam apenas “para que sejam” (como a arte), mas se criam para que sejam também para outros; mais ainda: como sendo já também de outros (com efeito, se criam sempre uma língua

determinada).

4.2.2 – Dito de outro modo, a linguagem tem como dimensão original, além da dimensão “objetiva” (sujeito – objeto, apreensão e expressão do “ser” das coisas), a dimensão intersubjetiva dada pela “alteridade” do sujeito, pelo fato de que o homem enquanto sujeito falante e criador de linguagem pressupõe outros sujeitos, ou seja, por ser a consciência criadora de linguagem uma consciência aberta para outras. Portanto, a linguagem é também expressão da intersubjetividade e, precisamente, no duplo sentido da solidariedade com uma tradição histórica e da solidariedade “contemporânea” com uma comunidade falante, que também é histórica.

4.2.3 – A “alteridade” pode ser *positiva* ou *negativa*, quer dizer que, por um lado, implica coesão, solidariedade com outros, que se reconhecem como membros da mesma comunidade, e, por outro lado, implica separação de outros, que se reconhecem como membros de outras comunidades. Em outro sentido, pode ser “natural” e primária ou “assumida” e secundária (como quando se aprende e se fala outra “língua” que não a própria), e esta, por sua vez, pode ser “autêntica” (manifestação do desejo genuíno de integração, embora provisório, do sujeito falante), ou “fictícia” (como quando só se quer aparentar uma integração qualquer).

4.2.4 – A “alteridade” justifica, por certo, em primeiro lugar, o fato de haver línguas, e de que a linguagem se apresente sob a forma de línguas. Mas, ao mesmo tempo, concerne, em seu sentido positivo e negativo, a toda uma série de comunidades encaixadas umas nas outras ou que se entrecruzam, e em algumas de suas formas (ou dimensões) concerne precisamente às comunidades “sociais” (estratos e grupos sociais dentro de uma comunidade “nacional”, política ou lingüística). São precisamente essas formas ou dimensões da “alteridade” que justificam racionalmente a sociolingüística em suas várias orientações. Fernão de Oliveira formulou isso de maneira muito expressiva e ainda hoje aceitável na sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, 1536, cap. 32, relacionando ao mesmo tempo a comunidade do falar com a comunidade fundada em outras atividades: “os homens falam do que fazem, e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte e os çapateiros não são entendidos na arte do marear nem os lavradores d’Antre Douro e Minho entendem as novas vozes que est’ano vierão de Tunez com suas gorras”.

4.3 – Quanto à relação entre linguagem e cultura, esta se dá fundamentalmente em três sentidos diferentes. Por um lado, a própria linguagem é uma forma primária da “cultura”, da objetivação da criatividade humana (ou, como se diz – mas que é a mesma coisa – do “espírito criador”). Por ou-

tro lado, a linguagem reflete a cultura não-lingüística, é a “atualidade da cultura” (Hegel), quer dizer que manifesta os “saberes”, as idéias e crenças acerca da “realidade” conhecida (também acerca das realidades “sociais” e da própria linguagem enquanto parte da realidade). Além disso, não se fala somente com a linguagem como tal, com a “competência lingüística”, mas também com a “competência extralingüística”, com o “conhecimento do mundo”, ou seja, com os saberes, idéias e crenças acerca das “coisas”, e o “conhecimento do mundo” influi sobre a expressão lingüística e a determina em alguma medida. São estes dois últimos sentidos que proporcionam a justificação racional da etnolingüística, pois o primeiro (se apenas se considera a linguagem em si, e não a linguagem como uma forma da cultura entre outras e em relação com outras) justifica simplesmente a lingüística como tal.

5.1.1 – O objeto da sociolingüística como disciplina descritiva no plano universal deveria ser o grau de conhecimento e utilização das normas gerais do falar (ou seja, do domínio do *saber elocucional*) em relação com a estrutura social (ou sócio-cultural) das comunidades falantes. Mas, posto que o que se fala é sempre uma língua e posto que se fala sempre em “discursos”, a correlação só poderia estabelecer-se para exatamente o mesmo saber idiomático e o mesmo saber expressivo (ou, pelo menos, distinguindo em cada caso o elocucional do idiomático e expressivo). Neste sentido seria possível e razoável uma sociolingüística de tipo Bernstein, sobretudo como sociolingüística aplicada. Mas é claro que somente sem as confusões e deficiências desse tipo de sociolingüística; assim, não teria sentido uma pessoa que não tem família escrever sobre o tema “Minha família”, nem uma que não tire férias escrever sobre o tema “Minhas férias”.

É preciso assinalar, entretanto, que uma sociolingüística correspondente ao plano universal da linguagem apresenta ainda grandes dificuldades. Primeiro, porque até esta data sabemos muito pouco acerca do saber elocucional, não havendo ainda uma lingüística do falar como disciplina solidamente constituída, confundindo-se muito freqüentemente as normas correspondentes a esse saber com as normas das línguas. Segundo, porque sabemos ainda menos acerca da correlação entre o saber elocucional e a estratificação sociocultural. Parece, de toda maneira, que a respeito só poderiam estabelecer-se valores médios. É certo que a cultura e a instrução (mais que a condição social simplesmente) contribuem também para o desenvolvimento do saber elocucional (ou, pelo menos, para a sua utilização mais eficiente). Mas, por outro lado, este saber depende também de um talento natural: há falantes incultos e de camadas sociais ínfimas que manifestam grande habilidade no falar.



E vice-versa, pessoas cultas e de condição social alta que manifestam um saber elocucional deficiente ou limitado.

5.1.2 – Por sua parte, a sociologia da linguagem no plano universal deveria associar os graus ou tipos do saber elocucional às categorias sociais, como possíveis atributos das mesmas. E também para este estudo se apresentam na atualidade as mesmas dificuldades que para a sociolinguística do falar em geral.

5.2.1 – A etnolinguística do falar deveria estudar a determinação da linguagem pelo conhecimento universal do mundo e, em geral, pelos saberes universais extralinguísticos (incluindo as normas gerais do pensar humano). Assim, pode-se observar que em todas as línguas conhecidas as palavras para “sol” e “lua” costumam apresentar-se sem ulteriores identificadores, precisamente porque no nosso universo empírico (da experiência corrente) conhecemos só um sol e só uma lua (razão pela qual essas palavras são consideradas às vezes nomes próprios, enquanto que na realidade trata-se de nomes comuns de exemplares únicos, ou seja, de nomes de classes com um só membro conhecido). Mas há muito mais do que isto. Assim, por exemplo, se falou de uma “sintaxe das partes do corpo” porque se diz *um menino de (com) olhos azuis, uma mulher com (de) pernas bonitas*, mas não se diz *um menino de (com) olhos, uma mulher com (de) pernas*. Mas em realidade não há uma sintaxe idiomática das partes do corpo (e nem sequer dos *nomes* das partes do corpo), mas, sim, trata-se de fatos devidos ao conhecimento do mundo (nesse caso: da estrutura normal do corpo humano). Do mesmo modo, não dizemos *um rio de (com) água*, pois levar água é o que cabe esperar de um rio, mas dizemos *um rio de águas claras (verdes, quentes, etc.)*, porque nem todos os rios as têm assim. No nosso mundo não dizemos *uma mulher sem barba*, porque as mulheres não costumam tê-la (e muito menos usá-la, se a têm), mas no mundo das mulheres barbudas diríamos *hoje vi uma mulher sem barba*, porque precisamente este fato sairia do normal e corrente. E os fatos deste tipo são muito numerosos – muito mais numerosos do que à primeira vista poderia parecer – tanto em relação ao que “se diz” (ou “não se diz”), como no que concerne à interpretação do que “se diz”.

5.2.2 – Em correspondência a isto, a etnografia da linguagem relativa ao mesmo plano deveria identificar os saberes universais acerca das “coisas”, as idéias e crenças universais que se manifestam no falar em geral (quer dizer, em qualquer língua). Também seria um problema dessa disciplina o da eventual determinação da cultura não-linguística pela linguagem. Trata-se, como é sabido, do problema proposto pela chamada “hipótese de Sapir e

Whorf”, ou melhor, pela teoria de Whorf. Mas tal “teoria” tem fundamentos teóricos muito frágeis e sustenta-se com exemplos o mais das vezes interpretados errônea ou arbitrariamente. Além disso, não tem muito sentido tratar de imaginar como seriam a física e a química que os hopis “poderiam” desenvolver, mas que ainda não desenvolveram. Os chineses têm uma língua ainda mais diferente das línguas européias do que o hopi e, apesar disso, sua física e sua química não são, no nível científico, diferentes das nossas. Outra coisa é examinar a física e a química “populares” (já manifestadas pelas línguas); mas isto pertence à etnografia das línguas.

5.2.3 – De toda maneira, mesmo prescindindo desse último problema, as duas disciplinas se apresentam como de difícil constituição, tanto pelo estado incipiente da linguística do falar, como pela coincidência total entre a realidade vital dos eventuais investigadores e a realidade a que se referem os saberes universais e suas conseqüências linguísticas. Para identificar os fatos correspondentes, na cultura e na linguagem, seria necessário negar constantemente essa mesma realidade: teríamos de imaginar mundos diferentes do nosso e princípios do pensar diferentes dos nossos (o que, aliás, se faz amiúde, embora não sistematicamente e não com esse propósito, nas narrações fantásticas/ou “ficção científica”).

6.1.1 – No plano histórico, a variedade da linguagem/neste caso, *das línguas* – apresenta normalmente, para toda “língua histórica” (“idioma”: língua já identificada historicamente como tal por seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, e que costuma designar-se mediante um “adjetivo próprio”, por ex. “língua francesa”, “língua espanhola”, “língua portuguesa”) três grandes tipos de diferenças e, no sentido contrário à diferenciação, três tipos de unidades idiomáticas (sistemas linguísticos mais ou menos homogêneos): diferenças no espaço geográfico ou *diatópicas*, diferenças entre os estratos sociais (ou, em nossas comunidades, sócio-culturais) ou diferenças *diastráticas*, e diferenças entre os tipos de modalidade expressiva segundo os tipos de circunstâncias do falar (falante – ouvinte – assunto – ocasião do falar, em cada caso como circunstância típica) ou diferenças *diafásicas*; e unidades *sintópicas* (ou “dialetos”), unidades *sinstráticas* (ou “níveis de língua”) e unidades *sinfásicas* (ou “estilos de língua”). Os “dialetos” podem ser *primários* (anteriores à constituição de uma eventual “língua comum”), *secundários* (resultantes da diferenciação regional da língua comum) e *terciários* (resultantes da diferenciação regional da eventual língua “standard”, isto é, da eventual modalidade “exemplar” da língua comum). É preciso ter em conta, além disso, que a relação entre dialeto, nível e estilo

de língua é uma relação orientada precisamente neste sentido: *dialeto* → *nível* → *estilo de língua*; quer dizer que um dialeto pode funcionar como nível e como estilo de língua, e um nível também como estilo de língua, mas não ao contrário. O mesmo ocorre com as línguas históricas: uma língua histórica pode funcionar numa comunidade correspondente a (ou governada por) outra língua histórica como nível e como estilo (ou como vários estilos) de língua. Neste sentido (e em outros) o dialeto é, entre as várias unidades idiomáticas, a mais próxima de uma língua histórica (e, com efeito, pode se emancipar e tornar-se uma língua histórica autônoma; ao contrário, o mesmo não se dá com um nível ou um estilo de língua). As linguagens dos grupos (sociais ou outros), assim como as linguagens dos sexos (ou correspondentes à idade dos falantes), distinguidos no mesmo nível de língua, são, de acordo com a definição, “estilos de língua”.

Nas comunidades lingüísticas européias, as diferenças mais marcantes são as diatópicas. Mas há comunidades lingüísticas em que as diferenças diastráticas ou diafásicas são igualmente (ou ainda mais) notáveis; o mesmo ocorre, naturalmente, nas comunidades bilíngües ou plurilíngües em que línguas diferentes funcionam como níveis e/ou como estilos de língua.

6.1.2 – Uma unidade sintópica, sinstrática e sinfásica de uma língua histórica, ou seja, um sistema lingüístico idealmente homogêneo em todos os sentidos (sem diferenças no espaço, entre os estratos sócio-culturais, e entre os tipos de modalidade expressiva) – *um* dialeto, considerado em um só nível de língua e em um só estilo – é uma *língua funcional*. O estudo da estrutura interna de tal língua é o objeto próprio da lingüística estrutural e funcional, que, por sua própria natureza e pela finalidade que se propõe, *deve* fazer abstração da variedade de língua histórica e das relações da língua funcional em cada caso estudada com outras línguas funcionais do mesmo idioma. Neste sentido, a lingüística estrutural e funcional corresponde em cada caso a um saber idiomático homogêneo e unitário, mas não corresponde ao saber idiomático de uma comunidade falante e, a rigor, nem sequer ao saber idiomático de um único indivíduo, que, no caso de línguas diferenciadas diatópica e diastraticamente (que é o caso “normal”), conhece em alguma medida também outros dialetos e níveis além dos seus próprios (e pode utilizá-los até certo ponto e de alguma forma na sua fala) e sempre conhece e utiliza vários estilos de língua. Precisamente por isso, o estudo da variedade da língua histórica (e da eventual variedade de línguas numa comunidade), assim como da medida em que essa variedade é conhecida pelos sujeitos falantes, deve ser objeto de outras disciplinas.

6.2.1 – O estudo da variedade diatópica da língua histórica (nos vários níveis e estilos), assim como das unidades sintópicas em suas relações umas com as outras, é objeto da *dialetologia*. Também deveria ser objeto da dialetologia o estudo do saber idiomático “interdialeto”, isto é, da medida em que os vários dialetos são conhecidos fora de seu espaço próprio dentro de uma comunidade histórica. O estudo da variedade diafásica (nos vários dialetos e níveis), assim como das unidades sinfásicas em suas relações umas com as outras, deveria ser objeto de uma *estilística da língua*, que, entretanto, não existe ainda (ou quase não existe) nessa forma. E o estudo da variedade diastrática (nos vários dialetos e estilos), assim como das unidades sinstráticas (“níveis”) em suas relações umas com as outras é o objeto próprio da *sociolingüística da língua*. Também deveria ser objeto da sociolingüística da língua o estudo do saber idiomático “interdiastrático”, quer dizer, da medida em que os vários níveis são conhecidos na comunidade considerada. Este último ponto implica que corresponde precisamente a essa lingüística o estudo do grau de conhecimento e utilização da língua comum (e de sua forma “padrão”) nos diferentes estratos sócio-culturais. A esse respeito deve-se ter em conta que o número de níveis não deve necessariamente corresponder ao número de estratos sócio-culturais distinguidos por outras razões com critérios puramente sociológicos; assim, por ex., a quatro estratos poderiam corresponder, num caso determinado, apenas dois níveis de língua: os níveis devem estabelecer-se por sua homogeneidade lingüística (por sua coesão interna), não por sua correlação social.

Ao contrário, é objeto da sociologia da língua o estudo do “status” sócio-cultural das várias unidades que possam ser distinguidas dentro de uma língua histórica (por ex., também do fato de que a dois ou mais estratos sócio-culturais  $x_1, x_2 \dots$  possa corresponder um só nível de língua  $y$ ). Mas, ao contrário da sociolingüística em sentido estrito, a sociologia das línguas pode (e deve) estudar também o “status” e as relações sócio-culturais de línguas diferentes dentro de uma comunidade, política, por ex., (assim, o “status” do catalão na Espanha, o do occitano na França, etc.).

6.2.2 – A sociolingüística, tal como hoje se faz – em parte pela imprecisão de seus limites e, em parte, porque o “lugar” não está ocupado por outras disciplinas – tende a abranger também o estudo dos estilos de língua (ou, pelo menos, dos estilos determinados por atitudes “sociais”, em particular dos que se empregam para a comunicação entre estratos sócio-culturais diferentes), assim como o estudo das estruturas e relações sociais refletidas nas línguas. Mas isto não é nem necessário, nem oportuno.

Com efeito, o que nos modos de falar está determinado por “atitudes” (sociais ou de outra natureza) — e não pela condição social (ou sócio-cultural) como tal — constitui estilo de língua e, portanto, seu estudo deveria pertencer à estilística da língua. Observe-se, além disso, que, do ponto de vista lingüístico, as atitudes “sociais”, pelo menos em nossas comunidades, muito raramente são apenas e exclusivamente “sociais” (relativas à condição social do interlocutor) e não são necessariamente determinantes. Foi citado a esse respeito o caso das formas de tratamento. Porém, sociedades muito diferenciadas podem ter sistemas de formas de tratamento muito simples (cf. o caso do latim, que empregava *tu* para qualquer interlocutor) e sociedades pouco (ou menos) diferenciadas podem ter sistemas de tratamento muito complexos, como no caso do rumeno e, sobretudo, do português (de Portugal). Por outro lado, seu emprego não está determinado exclusivamente pela relação estritamente social com o interlocutor (condição social que se atribui a este em relação com a do falante), mas também pelo grau de conhecimento recíproco e de intimidade entre os interlocutores, por atitudes de respeito humano simplesmente, etc. Assim, entre os camponeses rumanos, numa mesma família (quer dizer, exatamente no mesmo estrato social), os filhos empregam *Dumneata*, *Mata* com os pais, enquanto estes se dirigem aos filhos por *tu* (por *Dumneata* ou *Mata*, só ironicamente). Trata-se, certamente, em tais casos, de uma relação que pode ser descrita em termos de “superior” — “igual” — “inferior”, mas só em sentido relativo (não de acordo com a condição social “real” dos interlocutores) e, ao mesmo tempo, de uma relação que não concerne necessariamente à estratificação social propriamente dita.

Se se trata de estilos que correspondem a um nível determinado, eles pertencem à sociolingüística por *esta* razão (e não por se empregar ao se falar com falantes de outro nível). Ao contrário, as atitudes sociais com as quais se empregam os estilos pertencem, sem dúvida, ao objeto da sociologia da linguagem (e, dentro desta, a uma sociologia estilística). Com efeito, enquanto atitudes só “sociais”, seu interesse é antes sociológico que lingüístico: para a lingüística (em sua forma de estilística da língua) trata-se antes da função geral dos estilos na comunidade (função da qual a manifestação de uma atitude social pode, eventualmente, ser somente uma variante).

Quanto às estruturas sociais refletidas nas línguas mesmas (por exemplo, enquanto nomeadas no léxico, mas também de vários outros modos), elas correspondem, de acordo com o ponto de vista, ao objeto da etnolingüística ou da etnografia das línguas.

6.3.1 — À etnolingüística da língua corresponde, precisamente, o

estudo dos fatos de uma língua enquanto motivados pelos “saberes” (idéias, crenças, concepções, ideologias) acerca das “coisas”, portanto, também acerca da estratificação social das comunidades e acerca da linguagem mesma enquanto fato “real”. Assim, por exemplo: de que modo uma determinada organização léxica corresponde a um tipo determinado de experiência e conhecimento intuitivo do real? (no caso da linguagem: que palavras tem uma língua para nomear fatos de linguagem e qual é a organização léxica de tais palavras?; e no caso da estratificação social: que palavras tem uma língua para nomear condições sociais e em que relações semânticas se encontram essas palavras umas com as outras?), em que domínios da experiência há concentração (ou, ao contrário, escassez) de distinções semânticas? A etnolingüística, na verdade, já tem examinado problemas desse tipo (embora às vezes sem se declarar explicitamente como etnolingüística). Mas é preciso ir além do léxico. Charles Bally observou certa vez (*Le Français Moderne*, 8, 1940), que a palavra francesa *boeuf* faz pensar em “labour, charrue, joug” e que pode evocar, e evoca *em francês*, idéias de força, resistência, trabalho pesado, mas também de lentidão, peso, passividade, o que motiva expressões como *mettre la charrue devant les boeufs, il est un boeuf pour le travail*, etc. Esta última observação é verdadeira, mas as associações aludidas não ocorrem “em francês”, não são fatos da língua francesa simplesmente, mas ocorrem na comunidade francesa (e em outras) e se referem à experiência que nessas comunidades se tem dos bois mesmos *reais*, em seu contexto *real*. Em outras comunidades, o boi se conhecerá de outro modo e se associará, por exemplo, aos templos e ao sagrado, o que motivará outros tipos de expressões. Todos os fatos idiomáticos deste tipo deveriam ser objeto da etnolingüística (pelo menos no que concerne à sua justificação, impossível na lingüística estrutural estrita, que somente pode comprová-los).

6.3.2 — Por sua parte, a etnografia lingüística, no nível histórico, tem a tarefa de identificar a “cultura” não lingüística enquanto refletida nas línguas (experiência, saberes, idéias, concepções) e pode chegar até à “cosmovisão” manifestada por uma língua. Mas a esse respeito é preciso ter em conta que a linguagem é estritamente “atualidade da cultura” (no sentido cronológico) somente em seu momento inicial, e que logo, constituindo-se em tradição autônoma, pode continuar refletindo fatos de experiência e cultura “inatuais” (que deixaram de ser atuais). Assim, há muito que o cavalo, nas comunidades européias, já não tem a importância que tinha em outros tempos; mas a maioria das línguas européias continuam mantendo uma terminologia do cavalo específica e bastante complexa. E a família sérvio-croa-

ta, em geral, não é hoje muito diferente de outras famílias, mas as distinções semânticas que lhe correspondem em sérvio-croata continuam refletindo a “família grande” de outros tempos. O mesmo se pode dizer de um imenso número de outros fatos idiomáticos, particularmente da maioria dos que pertencem ao “discurso repetido” (expressões fixas que se repetem tradicionalmente como tais).

7.1 — O plano do discurso, considerado como autônomo (e independentemente das línguas pelas quais se manifesta), é objeto da lingüística do discurso (ou “do texto”). Considerado do ponto de vista de uma língua (quer dizer, no que concerne aos instrumentos e procedimentos de que uma língua dispõe para a constituição de discursos e para a expressão de sentido), é simplesmente um plano de estruturação da língua, além do plano da frase: e a correspondente “lingüística do texto” (“análise transfrástica”) não é senão uma parte da “gramática”, quer dizer, da descrição estrutural e funcional do correspondente sistema lingüístico. Mas os discursos (em particular, os discursos e tipos de discursos tradicionais em uma comunidade) podem ser considerados também em relação com a estratificação sócio-cultural da comunidade ou com a civilização e cultura da mesma, e neste sentido constituem objeto da sociolingüística e da sociologia da linguagem, da etnolingüística e da etnografia lingüística.

7.2 — A sociologia da linguagem estudará os discursos e tipos de discursos tradicionais como atributos das categorias sociais e especificará seu “status” e seu prestígio no contexto social. A etnografia da linguagem estudará a cultura manifestada por esses discursos, e os próprios discursos enquanto forma da cultura de uma comunidade em relação com outras formas de cultura da mesma (e, com isso, o papel dos discursos, ou de certos tipos de discursos, dentro da cultura da comunidade considerada: por ex., a função das fórmulas mágicas, a dos contos de fadas, a de uma eventual poesia épica tradicional, etc.).

A sociolingüística do discurso estudará, por um lado, a utilização das diferenças diastráticas em vários tipos de discursos e sua função nos mesmos; por outro lado, os discursos, os tipos de discursos e suas estruturas peculiares em relação com os estratos sociais ou sócio-culturais aos quais eventualmente correspondam (em uma comunidade, ou também em várias comunidades). Por exemplo, poderá comprovar que certas formas de saudação são próprias de certos estratos e se desconhecem noutros; assim, na Romênia, entre os camponeses, *Doamne, ajuta!* (“Senhor, ajuda!”), ao saudar alguém que está realizando um trabalho de longa duração (com a resposta fixa *Dă,*

*Doamne,* “Dá, Senhor!”), e fórmulas do tipo *La apă?* (“Tirando água?”), em particular para saudar alguém que está executando uma tarefa de curta duração ou não está ocupado em nenhuma tarefa “útil”. Por sua parte, a etnolingüística do discurso estudará esses mesmos discursos, tipos de discursos (e as estruturas típicas dos mesmos) enquanto determinados ou motivados pela cultura de uma comunidade e poderá, eventualmente, estabelecer correlações entre certos tipos de discursos e certos tipos de cultura em várias comunidades. Neste plano, a etnolingüística se aproxima da sociolingüística e até pode coincidir com esta quanto aos “fatos” a estudar: apenas os pontos de vista são diferentes.

8.1 — Na lingüística aplicada — ensino da língua comum (ou da forma “padrão” da mesma), ensino de outras matérias mediante esta língua, teoria e prática da tradução, problemas da política lingüístico-cultural (língua do rádio, da televisão, da imprensa; ensino e difusão duma língua “nacional” ou “geral” em estados plurilíngües), etc. — é necessário, certamente, distinguir em cada caso os pontos de vista e situar exatamente os problemas, mas não convém distinguir — e muito menos separar — as disciplinas que foram distinguidas no domínio da descrição, pois cada uma delas e várias delas de uma vez poderão encontrar sua aplicação em tal ou qual caso particular.

8.2 — O mesmo cabe dizer a respeito do ponto de vista *histórico*, sobretudo se este se distingue do ponto de vista simplesmente *diacrônico*.

Em sentido diacrônico, as tarefas das quatro disciplinas que distinguimos são, no fundo, as mesmas que na sincronia, apenas precisamente no eixo diacrônico ou “da mudança”. Assim, a sociologia da linguagem estudará as mudanças na correlação entre a estratificação social e os fatos lingüísticos; a etnografia lingüística, as mudanças na cultura manifestada pela linguagem (a “paleontologia lingüística” — por ex. no caso da reconstrução da antiga civilização dos indo-europeus sobre a base das línguas indoeuropeias — é uma forma da etnolingüística diacrônica. A sociolingüística diacrônica estudará as mudanças na configuração diastrática das línguas e na estrutura dos níveis de língua; e a etnolingüística diacrônica, as mudanças na linguagem enquanto motivadas por mudanças na civilização e na cultura.

Ao contrário, na *história das línguas* — convém no momento limitar-se a esta, pois para a história dos discursos não possuímos dados suficientes e para uma eventual história do falar em geral (admitindo que seja possível) não possuímos quase dados — não cabe separar as disciplinas. A história das línguas tem a tarefa de descrever e explicar o que se chama “mudança lingüística” — quer dizer, a contínua *criação* das línguas mediante o falar,

a contínua objetivação do falar em tradições históricas — e para isso necessita de todos os pontos de vista que distinguimos (e de outros mais). Para a solução de um problema histórico poderão contribuir, segundo os casos, a lingüística funcional e a dialetologia, a sociolingüística e a etnolingüística, a estilística da língua e a sociologia da linguagem, etc., cada uma do seu ponto de vista; e com muita frequência várias dessas disciplinas contribuirão simultaneamente, pois um fato lingüístico raramente apresenta uma, apenas, das correspondentes dimensões. Isto, não porque a história lingüística seja uma ciência “híbrida” ou “heterogênea”, mas porque é a *ciência lingüística integral*, pois todos os aspectos dos fatos lingüísticos, e todas as relações em que esses se encontram e que os determinam, confluem na história.

#### NOTA BIBLIOGRÁFICA

Sobre a contribuição do conhecimento das “coisas” à estruturação do falar e à interpretação do falado (2.2 e 5.2.1) cf. meu estudo “Bedeutung und Bezeichnung im Lichte der strukturellen Semantik”, trad. esp. em meu livro *Princípios de semántica estructural*, Madrid 1977. Acerca da distinção entre os três planos da linguagem e os conteúdos que lhes correspondem (3.1), cf. meu estudo *Die Lage in der Linguistik*, Innsbruck, 1973, trad. esp. no meu livro *El hombre y su lenguaje*, Madrid, 1977; e acerca dos juízos sobre o falar, meu livro *El problema de la corrección idiomática*, a sair em breve. Sobre o “caráter social” da linguagem, (4.2.1), bem como sobre o sentido da história lingüística (8.2), cf. meu livro *Sincronía, diacronía e historia*, Montevideo, 1958 (e Madrid, 1973), cap. II e passim. Sobre Fernão de Oliveira veja-se meu trabalho *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)*, Lisse, 1975. Os termos *diatópico* e *diatrático* (que implicam, como seus contrários, os termos *sintópico* e *sinstrático*) foram propostos pela primeira vez pelo lingüista norueguês L. Flydal, em *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap*, 16, 1951. Ao adotar essa terminologia (em 1957), acrescentei-lhe os termos *diafásico* e *sinfásico*.